

OFICINA DO HISTORIADOR ENTREVISTA LILIA MORITZ SCHWARCZ



Doutora em Antropologia Social, historiadora e professora titular da USP, autora de livros como *As barbas do Imperador, um monarca nos trópicos* e *O espetáculo das raças*; editora (de não-ficção da Companhia das Letras); coordenadora de pesquisa; curadora (da exposição *Nicolas-Antoine Taunay no Brasil: uma leitura dos trópicos*); organizadora, ao lado de Alberto da Costa e Silva, das celebrações dos 200 anos da chegada da família real ao Rio. A obra *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*, foi considerada uma das mais importantes contribuições a atravessarem o país em memória do período joanino.

Oficina do Historiador: em “o *Espectáculo das raças*” você incorpora a imagem como elemento de análise importante. Como as imagens nos ajudam a compreender a história?

Lilia Schwarcz: O historiador francês Jacques Le Goff certa vez afirmou que a história passa pelo “imperialismo” do documento escrito. Ou seja, que nós vivenciamos o “imperialismo” do documento escrito e, durante muito tempo, nós partimos do suposto de que o documento verdadeiro, real, era o escrito, usado como uma fonte absoluta e indiscutível. Todos os outros documentos eram (e ainda são) considerados uma *representação*. Em outras palavras, o documento escrito seria a realidade, a iconografia seria a representação, e com toda a valoração qualitativa que nós damos a essa distinção. Contudo, cada vez mais acredito que é preciso pensar que os documentos não são possuidores de verdades absolutas, devem ser contrastados, devem ser colocados em questão para, enfim, podermos aferir seu valor enquanto documentos históricos. Por

outro lado, a representação pictográfica e iconográfica não se trata de simples reflexo.

Eu acredito que nós vivemos num mundo em que a imagem é “modelo de” e “modelo para”. Ou seja, *modelo de*, no sentido de que ela plasma uma realidade, mas ela é um *modelo para* porque toda a imagem cria valores e representações. Penso que devemos conceber a imagem não como um adereço, muito menos como um reflexo imediato, passivo da realidade, mas que possamos pensar de que maneira nós vivemos num mundo de imagens, e como as imagens produzem realidades. Ou seja, as representações não são somente um produto, elas produzem também realidades.

Oficina do Historiador: O prazer pela narrativa deve marcar o trabalho do historiador?

Lilia Schwarcz: Eu fico feliz de você me fazer esta pergunta. Eu acho que sim! Eu dou um Curso na Antropologia da USP em que coloco para discutir, lado a lado, cientistas sociais e literatos. Então, lemos Silvio Romero, Gilberto Freyre e José Lins

do Rego, Tobias Barreto e Nina Rodrigues, entre outros. Sempre digo aos meus alunos que não há como ser um bom cientista sem conhecer literatura. Eu sou uma leitora voraz. Não consigo dormir se eu não ler, pelo menos, algumas páginas de um romance. E acho que, de alguma maneira, eu tento ver se a literatura contamina a minha escrita. Sou uma pessoa que sempre leio àqueles agradecimentos em que as pessoas falam sobre como sofrem escrevendo. Eu fico arrasada, porque eu não sofro nada, se me deixarem sozinha escrevendo eu acho uma maravilha, saio revigorada, feliz, porque eu tenho uma relação de muito prazer com a escrita.

Nós somos de uma geração que aprendeu com a Escola dos Annales; uma escola que foi, de fato, pioneira nesse sentido, o de mostrar que a leitura não precisa ser um sofrimento, ou seja, que a leitura pode ser de uma obra de História, Sociologia, do que for... Portanto, ela pode ser também leitura de lazer. Houve um momento, quando eu me formei, que quanto mais hermética fosse a leitura, melhor era a qualidade do texto, e quanto mais difícil, melhor. Inclusive, fazíamos aqueles trabalhos de grupo em que dizíamos: “Ah! Eu descobri o que ele queria dizer!”. Penso que, ao contrário, quanto mais clara for a literatura, e muito mais prazerosa, mais você “fisga” o seu leitor. E, por outro lado, o autor não fica preso numa série de fantasias, de “vestimentas”, que prejudica a comunicação imediata com o leitor. Acredito que a valorização da narrativa é um legado da Escola Francesa sem dúvida, pois a capacidade de narrativa é muito importante para esta escola. Podemos citar Robert Darnton, que é um historiador norte-americano, e que mantém um grande diálogo com a historiografia francesa. Ele sempre começa seus livros com um bom caso; e, em geral, um caso bom de ler. Darnton é o primeiro a dizer: “uma boa narrativa é fundamental!”. Enfim, eu penso que uma boa narrativa ajuda àquele que

escreve, àquele que não se entendia e ainda ajuda aquele que lê também, pois não precisamos ficar parados diante de um texto com uma postura de: “Decifra-me se fores capaz.”

Oficina do Historiador: “D. João Carioca” é uma história ilustrada, uma história em quadrinhos realizada por João Spacca, e da qual você é co-autora. Qual são as possibilidades editoriais, no Brasil, desse tipo de produção historiográfica?

Lilia Schwarcz: Eu publiquei, faz algum tempo, dois livros que foram publicados pela Editora Brasiliense. O primeiro, eu fiz com o Miguel Paiva, e se chama “Um Brasil para Inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito”. O segundo foi com o Angeli, intitulado “Cai o Império, República volver”. Eu sou uma leitora de quadrinhos, eu adoro quadrinhos, lembro de ter feito vários pontos no vestibular, no mínimo dois, por causa do *Asterix* [risos]. Lembro que lancei estes dois livros quando eu fazia a Faculdade, mas alguns professores ficaram chocados comigo. Tinham a idéia de que quadrinhos era alienação. Eu penso que não. Nós não devemos ter preconceito com qualquer forma de literatura. Particularmente acho que a literatura de HQ é uma literatura tremendamente sofisticada, muito inteligente, e se for essa a maneira de nós chegarmos aos estudantes, tanto melhor. Com relação ao “D. João Carioca”, o João Spacca é um grande pesquisador. O Spacca é tudo naquele livro, pois ele pesquisou o uniforme dos franceses, o uniforme dos portugueses, a arquitetura, a pavimentação das ruas do Rio de Janeiro, a paisagem, foi tudo resultado de pesquisa. Enfim, eu acredito que, se a HQ for feita com seriedade, por que não?

Oficina do Historiador: Mudando um pouco a abordagem, a que você atribui os

estereótipos que marcaram a história da Corte no Brasil?

Lilia Schwarcz: Foi no ano de 2005, que o Dr. Alberto da Costa e Silva me chamou para fazer parte da “Comissão D. João”. E o Alberto, que é um sábio, um grande sábio, ele falou para mim: “se nós conseguirmos que o filme Carlota Joaquina não seja um sucesso nesse ano que vai entrar, nós teremos cumprido nosso objetivo. Eu achei um grande objetivo, porque ele falou: “nós não vamos combater, nós não vamos impedir a projeção do filme, isso é censura prévia. O que nós temos que tentar fazer é o contrário; penso que os brasileiros estão começando a aprender que não é preciso nem fazer uma história patriótica como essa história do século XIX, em que a historiografia é toda patriótica, mas também não é preciso fazer uma historiografia que só “achincalha” e “avacalha”. Ou seja, é possível até fazer uma história que pode ser muito engraçada, pois nós também não precisamos ser sisudos ao fazer história, nada disso. Não tenho essa postura. Tudo é válido com fontes, com documentação. Eu acho que o problema que aconteceu com a história da vinda da Corte do D. João, com a face caricata, é que se esqueceu da estratégia política, do contexto, da conjuntura. O que nós tentamos incentivar, e que aconteceu, foi uma reflexão crítica e atual sobre D. João. Então, por exemplo, a Comissão organizou a Fashion Week D. João, mas tudo foi feito a partir de documentos, de roupas da época, e que não eram só roupas da Corte, mas roupas de escravos também. Os restaurantes fizeram um prato chamado “D. João”, mas sempre com uma pesquisa sobre pratos da época. O que nós fizemos foi uma representação da chegada da Corte, mas também exposições e seminários internacionais. Pra mostrar o quê? Que se há este lado caricato do D. João, e, de fato, D. João era indeciso, de fato ele titubeava. Por outro lado, é preciso pensar que a vinda de D. João atrapalhou a política

de Napoleão, no mínimo acabou com o Bloqueio Continental. E que o destino da Coroa portuguesa não foi o mesmo destino da Coroa espanhola. Então vamos reconhecer também com esse outro lado. Se é fato de que D. João comia coxinha de galinha, também é fato que D. João percorria a cidade, era cumprimentado, criou instituições. Por que nós só falamos sobre as instituições que não deram certo? Há instituições que começaram neste contexto, como, por exemplo, as Faculdades de Medicina, a Biblioteca Nacional, enfim, o Jardim Botânico, que são instituições que vieram para ficar. Então, a minha posição é a seguinte: não acho que nós devemos fazer história patriótica, de exaltação. Acredito que tanto o patriotismo exaltado como a ironia exaltada são caminhos para a falta de crítica. Penso que o papel do historiador é animar a crítica, animar a história como um projeto de cidadania.

Oficina do Historiador: *Por que, no Brasil, a convivência racial é paradoxalmente reconhecida como ícone nacional?*

Lilia Schwarcz: Essa é uma questão ampla. É uma questão que me é muito cara, que venho estudando há muito tempo. Quando escrevi o “Espetáculo das raças”, o grande paradoxo era: por que o país que estava a um passo do *apartheid* racial, que era um país que vinha elogiando as políticas da África do Sul, um país que propôs projetos de higienização se transforma, nos anos 1930, num modelo de democracia racial? Eu acho que isso tem a ver com certos padrões e com certos racismos “à brasileira”. Eu diria que, para começar, não existem bons ou maus racismos, todos os racismos são igualmente ruins e perniciosos. A especificidade do nosso é que ele é um racismo dissimulado, e que se joga ao “outro” a evidência do racismo. Na época que nós comemoramos 100 anos da abolição nós fizemos uma pesquisa na USP, que parecia muito simples,

mas que os resultados foram reveladores. A primeira pergunta era: você tem preconceito de raça? 97% disseram que não. Segunda: você conhece alguém que tenha preconceito? 99% responderam que sim. E quando nós perguntávamos quem tinha preconceito, as pessoas respondiam: a minha mãe, o meu namorado, o meu irmão, o meu pai. Mas nós não pedimos os nomes. As pessoas faziam questão de dar nomes, de descrever as situações. E eu brincava que a conclusão informal da pesquisa é que todo o brasileiro se sente em uma “ilha de democracia racial”, cercados de racistas por todos os lados. Na historiografia, nós evidenciamos isso. Ou seja, na historiografia do passado nós tínhamos preconceito, o hino da República foi feito em 1890, dois meses depois da Proclamação, e um ano após a abolição. Portanto, nós padecemos deste mal de raiz, ou seja, nós somos uma República cujo hino nacional é monarquista, é monárquico. O que diz o hino, lembra?: “nós nem cremos que escravos, outrora, tenham existido em tão nobre país! Outrora? Outrora teria sido um ano atrás! Mas foi ontem! A história faz isso, em outras palavras, o racismo encontra-se no passado. Se faz pesquisa em pequenas cidades, contudo, falam: “é nas grandes cidades que tem racismo”. Se faz na cidade grande, falam: “é na pequena cidade que tem racismo”. Então, a idéia é a de que o racista é sempre o “outro”. E isso permitiu a exaltação de um padrão de convivência racial supostamente muito melhor do que outros. É fato que nós temos uma convivência cultural que é bastante diversa, penso no samba, no futebol, mas mesmo nesses lugares (eu fiz um trabalho sobre as letras de samba) as expressões de racismo aparecem a cada momento: contra a mulher, o negro, o judeu, o índio. É porque nós o temos de alguma maneira... Por que vira ícone? Porque nunca existiu um racismo oficial, o racismo nunca esteve no corpo da lei.

Oficina do Historiador: O que você pensa sobre as “cotas”?

Lilia Schwarcz: Na USP nós estamos adotamos a idéia de inclusão social. Nossa perspectiva é a seguinte: nós concordamos que não há raças. Que raça é um conceito biologicamente falido, e que só existe uma raça: a raça humana. Dito isso, eu sou totalmente a favor de políticas de inclusão, de inserção, mas de uma inclusão e inserção responsável. Ou seja, você tem que incluir uma população que tenha condições de seguir aquele curso. Senão você está também criando uma “outra casa de fachada”.

Oficina do Historiador: Quais são os seus projetos, o que é que você vislumbra para os próximos três ou quatro anos?

Lilia Schwarcz: Eu estou estudando e desenvolvendo um projeto de maturidade, que vai reunir um pouco de tudo que eu tenho feito: biografia, questão racial, imagem. Trata-se de um estudo sobre Lima Barreto. Há muito tempo que venho estudando sua obra, sua biografia. Acredito que ele é o primeiro literato que se diz negro, num país em que as pessoas, de maneira muito recorrente, camuflam a sua cor, camuflam a sua cara. É um autor que conviveu com o perverso racismo brasileiro de que nós estávamos falando anteriormente. Ele foi, em sua época, um grande combatente das teorias do Darwinismo racial, mas ele morreu louco, praticamente louco, bêbado. Ele dizia nos seus diários que ele temia estar confirmando as teorias as quais ele tanto negava. Isso é um exemplo do que nós discutíamos antes com relação às imagens, ou seja, não existe uma separação cartesiana entre representação e realidade e, muitas vezes, representações criam realidades. Não estou querendo dizer que Lima Barreto era louco e doente ou era um

mestiço degenerado. Mas que as produções teóricas, científicas, as representações, criam realidades, enquadram. Neste sentido, Lima Barreto, em minha opinião, não conseguiu lidar com os enquadramentos que essa sociedade o impunha. Por isso afirmo que estou desenvolvendo um projeto de maturidade porque ao invés de vez de escolher um autor que confirmaria a *mestiçagem positiva*, estou justamente selecionando um autor que vem aí para questionar essa nossa modalidade tão pacífica de relacionamento racial, entre outras coisas.

Saiba mais - Obras da Autora:

Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo de finais do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

No tempo das certezas (co-autoria Angela Marques da Costa). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Símbolos e rituais da monarquia brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

A longa viagem da biblioteca dos reis (com Paulo Azevedo). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na Corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.